

Sumário Executivo

1. Poucos anos depois da independência em 1975, a guerra civil eclodiu e continuou durante os 16 anos a seguir. Em 1992 um acordo de paz foi negociado, e em 1994 realizaram-se no país as primeiras eleições multipartidárias, sob os auspícios das Nações Unidas. O Presidente Joaquim Chissano e o partido governante, Frelimo, ganharam a presidência e a maioria de assentos no parlamento. Renamo, o antigo movimento guerrilheiro liderado por Afonso Dhlakama, recebeu quase 34 por cento do voto presidencial e ganhou 112 dos 250 lugares no parlamento.
2. Embora as eleições de 1994 foram acolhidas como um sinal de uma transição de guerra para paz e para democracia multipartidária de êxito, no longo prazo a transição de Moçambique requer o fortalecimento das instituições políticas e a superação de divisões políticas, regionais, e étnicas. Por isso, as eleições de dezembro de 1999 em Moçambique foram vistas pelo Carter Center e por outros como uma prova importante sobre a transição do país.
3. O envolvimento do Carter Center no processo eleitoral de Moçambique começou em maio de 1999, quando uma equipe de pessoal do Carter Center concluiu que os partidos políticos e as autoridades eleitorais Moçambicanos acolheriam uma participação pelo Carter Center. Em agosto, depois que o Center foi convidado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE), uma equipe de 13 pessoas do Carter Center observou o processo de recenseamento e concluiu que o processo estava a avançar de uma maneira positiva.
4. Em Outubro de 1999, o Center estabeleceu um gabinete em Maputo e recrutou dez observadores de médio prazo para acompanhar a campanha e as preparações eleitorais. Os observadores viajaram para cada uma das 11 províncias para observar a campanha e se encontraram com as autoridades eleitorais, os partidos políticos, e outros. O Center notou alguns problemas durante a campanha, incluindo demoras na distribuição de fundos de campanha, incidentes sérios de violência, e parcialidade na cobertura da campanha pela mídia. Porém, os observadores do Carter Center tiveram informações dignos de crédito sobre a intimidação de representantes de Renamo em três distritos na província de Tete. Apesar destes problemas, o Center concluiu que o processo eleitoral estava avançando de maneira satisfatória.
5. O pessoal do Carter Center pretendeu avaliar a possibilidade de utilizar uma tabulação paralela do voto como um método para aumentar confiança nos resultados oficiais. Infelizmente, o assunto foi politizado antes do Center ter a oportunidade de se encontrar com autoridades eleitorais e partidos políticos para apresentar a ideia e explicar a metodologia.
6. Para as eleições de 3-4 de dezembro, o Center organizou uma delegação de 50 pessoas, co-liderada pelo ex-Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, a Senhora Rosalynn Carter, e o ex-Presidente Ketumile Masire de Botswana. Por causa de problemas logísticos na província de Zambézia, a CNE decidiu que a votação se prolongaria por um terceiro dia. Ao todo, entre 3-5 dezembro os observadores do Carter Center visitaram 747 mesas de voto em todas as 11 províncias de Moçambique. Também, os delegados observaram o encerramento e a contagem em algumas mesas de voto no dia 5 de dezembro.
7. Em geral, os observadores do Carter Center notaram que a votação procedeu de maneira ordeira, tranqüila e eficiente, que os delegados de lista dos partidos estiveram presentes na

maioria de mesas de voto, e que a segurança estava adequada. Porém, os observadores do Carter Center tiveram informações dignas de crédito sobre a intimidação de representantes de Renamo em três distritos na província de Tete, que resultou na ausência de delegados de lista de Renamo das mesas nestes distritos. Outros problemas incluíram uma falta de compreensão sobre o processo de votação, indivíduos que faziam campanha nos locais de votação (campanha política inadequada), e a falta de luz suficiente durante a contagem.

8. No dia 6 de dezembro, o Presidente Carter e o Presidente Masire fizeram uma declaração provisória positiva, por parte da delegação, notando que o Carter Center continuaria a observar os processos de apuramento. Enquanto a maioria dos delegados foram-se embora naquele dia, doze observadores do Carter Center ficaram no país.

9. O apuramento dos resultados provinciais decorreu do dia 7 a 15 de dezembro. Depois de alguma dificuldade no início, os observadores do Carter Center foram permitidos acesso limitado às bases de dados na maioria das províncias, com excepção de Zambézia. Porém, o software restringiu o acesso dos observadores a curtos períodos quando os observadores trocaram de turno. Os observadores do Carter Center tiveram acesso limitado aos editais, mas não detectaram discrepâncias entre aqueles aos quais tiveram acesso e os resultados que constatarem nos computadores.

10. Enquanto o processo de apuramento ao nível provincial estava a avançar, as províncias mandaram cópias dos editais a CNE-Maputo, acompanhado pelos votos nulos, brancos, e contestados, para serem reclassificados pela CNE. Os resultados oficiais nacionais seriam apurados pela centralização das bases de dados provinciais, ajustadas pelos boletins reclassificados, e também ajustadas na base de cerca de 938 editais 'problemáticos' que não foram classificados nas províncias e que foram mandados a CNE-Maputo para serem resolvidos. Porém, para verificar os dados provinciais, a CNE criou uma base de dados interna utilizando as cópias dos editais originais que tinham sido mandados a Maputo.

11. Os observadores do Carter Center foram permitidos acesso limitado para observar os processos em Maputo, mas o nível de acesso foi variável e não foram disponíveis informações agregadas. Os editais não-processados das províncias foram revistos por pelo menos dois membros da CNE, um da Renamo e um de Frelimo. Embora os observadores do Carter Center podiam ver este processo, não podiam se aproximar suficientemente para o observar efectivamente, e não podiam fazer perguntas sobre o processo pelo qual os editais não-processados estavam sendo resolvidos.

12. Os observadores do Carter Center informaram a CNE das preocupações sobre a falta de transparência no trabalho da CNE, e fez pedidos repetidos para melhor acesso. Enquanto foi possível ter acesso limitado aos computadores para a base de dados interna da CNE, os observadores não tiveram acesso sistemático aos editais, nem às bases de dados com os resultados provinciais.

13. Ao longo do processo, foi crescendo a desconfiança entre os membros da CNE dos dois partidos maiores. Eventualmente, a Renamo chegou a ver a base de dados interna da CNE como a única em que podiam confiar. No dia 20 de dezembro, o presidente da CNE mandou parar o trabalho na base de dados interna, explicando mais tarde que a decisão se deveu às pressões

para anunciar os resultados oficiais, e à necessidade de concentrar na revisão dos votos nulos, brancos, e contestados que ainda estavam a chegar dos distritos distantes. Os membros da CNE representando a Renamo protestaram contra a decisão.

14. No dia 21 de Dezembro, o Carter Center fez uma declaração chamando para melhor acesso para que os delegados de lista e os observadores pudessem verificar os resultados. No mesmo dia, a CNE convocou uma reunião para finalizar os resultados oficiais. Os membros da CNE representando a Renamo saíram da sala, negando-se a assinar e validar os resultados. No dia 22 de dezembro, o presidente da CNE anunciou que Presidente Chissano ganhou as eleições com mais de 52 por cento dos votos. A Renamo rejeitou os resultados, e fez uma impugnação ao Tribunal Supremo.

15. Numa declaração de 23 de dezembro, o Carter Center reportou que enquanto não estava consciente de irregularidades sérias que podiam influenciar os resultados, os seus observadores não tiveram acesso suficiente para verificar a exatidão do apuramento, apesar de repetidos pedidos a CNE para melhor acesso. A declaração também chamou pela máxima transparência durante o período para o registo e resolução de queixas.

16. No dia 4 de janeiro, o Tribunal Supremo fez um acórdão rejeitando a impugnação de Renamo e validando os resultados oficiais e a eleição do Presidente Chissano. Quanto aos editais não-processados, o Tribunal determinou que depois da revisão dos editais pela CNE, restaram 550 editais não-processáveis devido a erros graves, e estes foram excluídos dos resultados oficiais. O Tribunal estimou que estes editais representaram cerca de 377,773 votos possivelmente válidos, mais não tratou do facto que este número ultrapassou a margem de vitória do Presidente Chissano.

17. Em abril-maio 2000 uma equipe de avaliação do Carter Center visitou Maputo para analisar o processo eleitoral na sua totalidade e para formular recomendações para futuras eleições. A equipe encontrou uma falta de informações compreensivas sobre os resultados das eleições, mas reportou que as autoridades eleitorais e os partidos políticos pareceram realmente dispostos a trabalhar por reformas eleitorais.

18. A CNE e o Tribunal Supremo indicaram que os editais não-processados foram revistos por uma sub-comissão da CNE, incluindo representantes de Frelimo e Renamo. Renamo, porém, insistiu que o representante dele não revisou os editais definitivamente naquela altura. Membros do Tribunal indicaram que peritos técnicos foram consultados para determinar se os editais não-processados podiam ter mudado o resultado final.

19. De uma forma geral, em comparação com algumas outras experiências das primeiras eleições pos-transição na África, as eleições gerais de 1999 em Moçambique mostraram sinais de um sistema político que está amadurecendo. Os partidos encontraram consenso na criação da legislação eleitoral, e fizeram amplas campanhas. Os processos nos dias de votação foram bem implementados, e conseguiu-se um alto nível de votação. Porém, a credibilidade do processo foi enfraquecido por problemas técnicos e pela falta de transparência durante o apuramento do voto.

20. No espírito de apoio para a democratização em Moçambique, este relatório oferece algumas recomendações para possíveis passos para melhorar as futuras eleições. As recomendações

incluem: (1) reformar a legislação eleitoral para eliminar as lacunas e contradições; (2a) reestruturar a CNE na base duma revisão compreensiva envolvendo a sociedade civil, os partidos políticos, e os técnicos eleitorais; (2b) aumentar o papel de líderes de sociedade civil na CNE; (2c) esclarecer as regras e procedimentos da CNE; (3) reestruturar o STAE como entidade independente com pessoal técnico próprio e permanente; (4) ajustar alguns procedimentos de votação; (5a) a publicação de resultados oficiais por mesa, para as eleições de 1999 e para futuras eleições; (5b) estabelecer um sistema para mais uma reportagem mais rápida dos resultados, e permitir os delegados de lista e os observadores de acompanhar os dados; (5c) permitir um maior papel para a sociedade civil, a mídia, e observadores nacionais para recolher informações sobre os resultados eleitorais, incluindo a possibilidade de fazer um PVT; (6a) adoptar regras que prevêem automaticamente uma revisão dos resultados, ou uma recontagem dos votos (ínteira ou parcial) se determinadas limiares são atingidos; (6b) reformar as instituições e os processos que tratam da resolução de disputas eleitorais.